



PODER / Ministro do Supremo será o relator do mandado de segurança impetrado por parlamentares para tentar anular o aumento de recursos destinados a campanhas eleitorais. Congressistas pedem que elevação seja proibida enquanto durar pandemia

Fundão turbinado nas mãos de Nunes Marques

» INGRID SOARES
» ISRAEL MEDEIROS

O ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), será o relator do mandado de segurança protocolado na Corte por parlamentares contra o aumento do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas, aprovado, na semana passada, no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2022. O “fundão eleitoral” eleva de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 5,7 bilhões os recursos públicos usados no financiamento de campanhas eleitorais.

O objetivo do mandado de segurança, com pedido de liminar, é tornar sem efeito a decisão do Congresso. “Faz-se necessária a intervenção do Supremo Tribunal Federal a fim de que sejam anuladas as votações ocorridas no âmbito do processo legislativo da LDO 2022 para que seja realizada a devida deliberação do projeto, com a respectiva proibição de aumento do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, enquanto perdurar a pandemia”, frisaram os parlamentares. Assinam o documento o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e os deputados Daniel Coelho (Cidadania-PE), Felipe Rígoni (PSB-ES), Tábata Amaral (PDT-SP) e Vinícius Poit (SP), Adriana Ventura (SP) e Tiago Mitraud, do Novo.

Os congressistas argumentam que a inserção do aumento do Fundão não seguiu os trâmites constitucionais previstos referentes à norma orçamentária, porque não houve prazo razoável de deliberação sobre o tema. “Como 594 pessoas conseguem analisar, discutir e votar, em um único dia, 2.663 emendas parlamentares?! É simplesmente impossível. É uma ficção para fingir que se fez cumprir a Constituição”, destacam, numa referência aos parlamentares das duas Casas. “É importante ressaltar que, nos artigos 64 e 65 está presente o dever de discutir e votar. Como haveria uma delibera-

ção sobre um aumento de bilhões de reais no orçamento voltado para o Fundo Eleitoral entre tantas pessoas em apenas um dia?”

Além de ressaltarem que a Constituição foi “rasgada de forma gritante”, os signatários sustentam que elevar o orçamento do Fundão, apesar de ser “uma medida ruim”, não violaria a Constituição se ocorresse dentro das regras procedimentais. Também enfatizam que o aumento, neste momento de pandemia, “foge à razoabilidade” e “gera um esvaziamento dos direitos e garantias fundamentais da população”. “Triplicar o valor do Fundo Eleitoral, enquanto mais de 500 mil cidadãos brasileiros morreram pelo coronavírus, além de inconstitucional, é imoral e cruel”, reprovam. “O valor de 5,7 bilhões de reais é suficiente para adquirir todas as vacinas que o país precisa — mais de 350 milhões de doses.”



Sanção

Como a LDO já foi aprovada pelo Congresso, cabe agora ao presidente Jair Bolsonaro sancioná-la ou vetá-la. O deputado Daniel Freitas (PSL-SC) disse acreditar que o mandatário

não permitirá o aumento do Fundão. “Eu confio muito que o presidente Bolsonaro vai exercer o seu papel e vetar esse absurdo”, afirmou. “E já estou oficiando o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), na sessão na qual vamos analisar o veto do presidente, que nós possamos realizar uma sessão 100% presencial, onde senadores e deputados estarão dentro do plenário, votando nominalmente, e vamos passar de forma regimental o voto nominal para que isso seja corrigido.”

O deputado Afonso Florence (PT-BA) defendeu a necessidade de auditar o valor destinado ao financiamento de campanha. “Não pode ser um chute dentro do Parlamento. Meu partido votou contra, mas Bolsonaro está jogando cortina de fu-

Felipe Sampaio/SCO/STF



No pedido, a ser avaliado por Nunes Marques, parlamentares dizem que, além de cruel, aumento foi decidido sem respeito a normas constitucionais

» Mourão: “Eu vetaria”

O vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) afirmou, ontem, que vetaria o aumento no fundo eleitoral incluído no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2022. Com a mudança, a verba dos partidos para o próximo ano será R\$ 5,7 bilhões. A matéria, agora, segue para sanção do presidente Jair Bolsonaro, que tem até 15 dias úteis para uma decisão. “Eu vetaria. Hoje você usa muito a rede social, né. O modelo de propaganda eleitoral, ou de você se fazer conhecido perante a população, mudou”, afirmou. “Acho que está exagerado. É um valor exagerado, principalmente quando, há pouco, tivemos uma situação difícil no governo, de fazer um recall de R\$ 1 bilhão para que as obras não parassem.”

maça, acusando a oposição de aprovar o aumento. Não é a primeira vez que ele mente assim. Ele tem esse interesse de incremento, por isso mandou o projeto já com essa previsão”, frisou. “A gente precisaria ter um estudo para saber quanto custa uma campanha, para fazer algo ponderado. É um chute. Eu já fiz uma campanha com R\$ 800 mil e fui reeleito.”

Centrão

Vera Chemim, mestre em direito público pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), acredita que o aumento seja vetado pelo presidente. “Diante da crise econômica e social, não há como Bolsonaro sancionar essa quantia. Além

disso, as campanhas eleitorais são também suportadas pelo Fundo Partidário. A julgar pela atual conjuntura, o presidente deverá transmitir ao seu eleitorado a certeza de que as suas demandas são mais importantes do que os interesses do Centrão que ainda o apoia”, argumentou.

Economista e fundador da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco avaliou que a quantia é um escárnio à sociedade e representa o dobro do orçamento de 2021 para o Ministério do Meio Ambiente. “Além do acréscimo em relação a 2018, do fundo eleitoral, 2022, provavelmente, terá o fundo partidário e o horário eleitoral gratuito que já era mais de R\$ 1 bilhão”, destacou. “E, agora, está voltando esse fundo partidário,

e o horário eleitoral gratuito deve ocorrer em 2022 em valores até maiores do que em 2018. As eleições brasileiras estão caríssimas. São valores exorbitantes. Esses R\$ 5,7 bilhões correspondem a duas vezes o orçamento de 2021 da pasta do Meio Ambiente.”

O cientista político Rodrigo Prando ressaltou que o aumento pode ter sido um jogo combinado. “Pode ter sido algo já tratado entre eles, de modo que Bolsonaro, vetando, ainda consiga um pouco de popularidade, de estancar a contínua deterioração na aprovação”, disse. “Por outro lado, se ele não aprovar, o Centrão pode fazer pressão e atraparar a vida dele no Congresso. Um fundo dessa magnitude é absurdo nesta pandemia.”

Bolsonaro diz que vetará “cifra enorme”

Ed Alves/CB/D.A Press



Bolsonaro acusa Ramos de ter “atropelado” regimento da Câmara

O presidente Jair Bolsonaro disse que vetará o aumento do fundo eleitoral, de R\$ 5,7 bilhões, aprovado pelo Congresso. O valor, que cresceu R\$ 4 bilhões, está previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e teve o voto de vários governistas e de parlamentares de oposição.

“O valor é astronômico. Mais R\$ 6 bilhões para se fazer campanha eleitoral”, criticou o chefe do Planalto, em entrevista à TV Brasil. “A cifra enorme, no meu entender, está sendo desperdiçada, caso seja sancionada. Posso adiantar que não será sancionada. Afinal de contas, eu tenho que conviver em harmonia com o Legislativo. E nem tudo que eu apresento ao Legislativo é aprovado, nem tudo que o Legislativo aprova, eu tenho obrigação de aceitar para o lado de cá. Mas a tendência é não sancionar isso daí, em respeito ao trabalhador.”

Mais cedo, em encontro com apoiadores, reforçou ataques ao



O valor é astronômico. Mais R\$ 6 bilhões para se fazer campanha eleitoral. Posso adiantar que (a proposta) não será sancionada”

Jair Bolsonaro, presidente da República

deputado Marcelo Ramos (PL-AM), vice-presidente da Câmara e quem presidiu a sessão que aprovou o texto da LDO. Segundo Bolsonaro, o parlamentar é “insignificante” e atropelou o Regimento Interno da Câmara para não permitir que votassem em separado o dispositivo sobre aumentar o fundo eleitoral. “O presidente em exercício (da Casa), de Manaus. Qual o nome dele?”, questionou a um apoiador. “Marcelo Ramos”, respondeu o bolsonarista. “É tão insignificante que esqueci o nome dele. Atropelou os regimentos e não deixou vetar. Agora, cai para mim, sancio-

onar ou vetar, tenho 14, 15 dias úteis para decidir”, emendou.

No domingo, na saída do Hospital Vila Nova Star, Bolsonaro havia indicado que poderia vetar a mudança. Logo após ter alta médica e deixar a unidade, em São Paulo, o presidente procurou minimizar a cobrança sobre parlamentares bolsonaristas que endossaram o acréscimo de dinheiro público para as eleições do ano que vem.

Entre os principais partidos beneficiados pelo fundo turbinado, estão o PSL, ex-legenda de Bolsonaro, e o PT. Apesar de beneficiado, o PSL se manifestou

contra a proposta após a aprovação do texto. A proposta, entretanto, foi aprovada em votação simbólica sem objeção dos parlamentares da sigla.

“Que covardia da mídia, nós aprovamos a LDO no ano passado. Tem de aprovar a LDO para a gente dar prosseguimento ao Orçamento. Agora, no meio da LDO, o relator botou lá quase R\$ 6 bilhões para o fundo partidário. Covardia da mídia. Pegaram o nome dos deputados que votaram a LDO: ‘Olha, eles votaram para aumentar o fundo’”, protestou Bolsonaro, ontem. Segundo ele, o PT, que orientou e votou contra a lei de diretrizes orçamentárias, o fez porque quer inviabilizar o governo.

Questionado por um apoiador se essa inclusão na LDO poderia servir de moeda de troca em relação ao voto auditável que tenta aprovar, ele respondeu: “Acho que não se pensou dessa maneira”.